

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.481.692 - SP (2019/0108117-3)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
AGRAVANTE : RICARDO APARECIDO VIEIRA DOS SANTOS
ADVOGADO : PAULO MARZOLA NETO - SP082554
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

PENAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECEPÇÃO QUALIFICADA. ART. 180, § 1º, DO CP. PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE QUE O BEM, OBJETO DA RECEPÇÃO, ADVÉM DE CONDUTA ILÍCITA. LASTRO PROBATÓRIO EFICIENTE. CIRCUNSTÂNCIAS DO FATO. AQUISIÇÃO DO BEM COM NUMERAÇÃO ADULTERADA E SEM A DEVIDA DOCUMENTAÇÃO. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. IMPOSSIBILIDADE DO REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. FUNDAMENTO INATACADO. SÚMULA 283/STF.

Agravo conhecido para negar provimento ao recurso especial.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por **Ricardo Aparecido Vieira dos Santos** contra decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo que, em juízo de admissibilidade, negou seguimento ao recurso especial por ele apresentado, em que impugnava acórdão prolatado na Apelação n. 0019089-68.2008.8.26.0506.

Narram os autos que o agravante, denunciado juntamente com outro corréu pela suposta prática do crime de receptação qualificada, foi, após regular instrução processual, condenado como incurso no art. 180, § 1º, do Código Penal à pena de 3 anos de reclusão, em regime inicial aberto, e ao pagamento de 10 dias-multa, pena privativa de liberdade substituída por duas restritivas de direitos (fls. 323/330).

Apenas a defesa apelou. O Tribunal de Justiça negou provimento ao recurso em acórdão assim ementado (fl. 393):

APELAÇÃO CRIMINAL. RECEPÇÃO QUALIFICADA. Absolvição. Impossibilidade. Materialidade e autoria, bem como o dolo eventual do réu, que apesar de experiente na atividade de comércio de peças de automóveis, deixa de tomar as cautelas que lhe eram exigíveis no ato de compra de um motor, que devia saber ser produto de crime, caracterizado está o delito de receptação na forma qualificada. APELO DESPROVIDO.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fls. 426/430).

Nas razões do especial, apontou a defesa negativa de vigência ao art. 180, *caput* e § 1º, do Código Penal. Sustentou, em suma, a atipicidade da conduta, uma vez que o crime de adulteração de sinal de veículo automotor não pode ser considerado como antecedente ao de receptação, *tendo em vista que a conduta ilícita daquele não gera produto algum* (fls. 411/412). Requereu, assim, a absolvição do recorrente (fl. 416).

Apresentadas contrarrazões (fls. 437/455), o recurso não foi admitido na origem, por incidência das Súmulas 284/STF e 7/STJ (fls. 457/458).

Contra essa decisão a defesa interpõe agravo (fls. 467/478). Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal opinou pelo não provimento do agravo (fls. 500/503).

É o relatório.

Deve o agravo ser conhecido, uma vez que reúne os requisitos intrínsecos e extrínsecos de admissibilidade.

Todavia, a irresignação não prospera.

Sobre a tipicidade da conduta, concluiu o Tribunal *a quo* (fls. 395/399 - grifo nosso):

[...] A materialidade delitiva comprovou-se pelo boletim de ocorrência de fls. 102/03, pelo auto de exibição e apreensão de fls. 04/05, pelo Laudo Pericial realizado no local dos fatos de fls. 11/20, pelo laudo pericial realizado no motor apreendido de fls. 145/149, bem como pelas demais provas dos autos.

Aliás, no referido laudo pericial consta que: "A sequência alfa numérica que identifica o motor examinado não corresponde aos padrões de fábrica, sendo produto de supressão da numeração original por elementos abrasivos e reinserção por processo artesanal de puncionamento, ou seja, o motor encontra-se adulterado por remarcação" (fl. 148).

A autoria, da mesma forma, é incontroversa.

O acusado, em Juízo, negou os fatos que lhe são imputados, dizendo que o motor apreendido em seu estabelecimento comercial era oriundo de leilão e fora retirado de um veículo adquirido no mesmo contexto. Já respondeu pela prática do mesmo crime.

Possuía uma nota fiscal do bem e seu irmão apresentou os documentos na Delegacia de Polícia. O interrogando costumava comprar carros inteiros neste tipo de negócio e não sabia que o motor apreendido possuía origem duvidosa e numeração adulterada, tanto que o expôs na entrada de seu estabelecimento. **Não**

conseguiu comprovar a origem de todos os motores encontrados em sua posse e insiste que não tem conhecimento da origem espúria do objeto.

O policial civil responsável pela diligência, Gerson Antônio de Oliveira, em contraditório, afirmou que participava de uma operação na área de desmanches e, na empresa do apelante foi localizado um motor remarcado, sem os documentos respectivos, tampouco anotação no livro de entradas e saídas. A empresa do réu teria sido fiscalizada há algum tempo e possuía problemas com renovação de alvará.

Por fim, a testemunha Rogério Vieira dos Santos relatou que trabalhou há cinco anos na empresa do réu e, no dia dos fatos, foram apreendidos vários motores de automóveis, todos adquiridos em leilão. Alguns desses itens vinham "pinados", a nota fiscal respectiva foi apresentada na Delegacia, mas não houve possibilidade de identificação do item, em razão de sua avaria. O depoente não sabe quando o referido motor chegou na loja. As notas emitidas do leilão referiam-se apenas a "motor pinado".

Como se vê, a condenação do acusado era mesmo de rigor. **O motor adulterado foi apreendido no estabelecimento comercial do apelante, sem qualquer justificativa idônea. Não foram apresentados documentos do bem, apesar da sua alegada origem ser lícita, pois proveniente de um leilão.**

É certo que o acusado sustenta que não sabia da origem duvidosa do motor, pois esta peça foi adquirida com o automóvel.

Entretanto, sua escusa não se justifica, eis que é cediço que, na aquisição de bens leiloados – se idônea –, todos os produtos comercializados são individualizados para evitar qualquer tipo de problema posterior, principalmente o que aconteceu nestes autos. Competia ao apelante realizar a vistoria do bem e munir-se da documentação respectiva, já que a compra e venda dessas mercadorias é a razão de sua atividade comercial.

Ademais, os futuros compradores dessa peça teriam que regularizá-la para transitarem pela cidade e, para tanto, teriam que apresentar os documentos de origem no DETRAN, pois regularizar a documentação é uma garantia para o cidadão e para os órgãos de trânsito, pois ajuda a coibir o mercado clandestino de peças.

Neste cenário, **absolutamente pertinente a conclusão de que o réu não tomou as mínimas e usuais providências, exigíveis de quem tem por atividade o comércio de peças de veículos há tanto tempo, para verificar a regularidade do motor no ato da compra, adquirindo-o com a numeração adulterada e, ainda, sem a devida documentação.**

Importante destacar, neste ponto, que **basta para a prova da receptação, a aquisição de bem objeto de qualquer crime anterior e não apenas delitos patrimoniais.**

Lado outro, relativamente ao elemento subjetivo do tipo, registre-se, por oportuno, que a modalidade qualificada exige apenas o dolo eventual, a vontade livre e consciente de adquirir, receber, transportar, conduzir, ocultar, ter em depósito, desmontar, montar, remontar, vender, expor à venda, ou de qualquer forma utilizar, devendo saber tratar-se de produto de crime.

Ora, como se sabe, geralmente os motores de veículos têm a numeração suprimida justamente para ocultar a origem ilícita do bem, não se podendo aceitar, pela dinâmica dos fatos e experiência que o apelante detinha na atividade comercial, que este tenha adquirido a mercadoria com a numeração raspada e sem a correspondente documentação, acreditando que esse se tratava de objeto lícito.

É inegável, portanto, que o acusado assumiu o risco de adquirir, em proveito próprio, bem produto de crime, no exercício de sua atividade, o que basta para a caracterização o dolo eventual exigido pelo tipo. Ademais, é bom que se diga que o apelante sequer comprovou que o motor foi adquirido em um leilão ou por outro meio lícito, tampouco que não tinha condições de identificar a sua ilicitude.

Destarte, indiscutível que o apelante devia saber que o bem se tratava de produto de crime, seja por sua experiência no ramo, seja pelas próprias condições em que recebeu o motor, desacompanhado da respectiva nota fiscal e com numeração raspada, somado, ainda, ao fato de que há nos autos informações apontando que seu desmanche está com problemas no alvará de funcionamento, impondo-se a confirmação da sentença condenatória proferida em primeira instância, em todos os seus termos, restando, afastadas as teses de reconhecimento de atipicidade ou ausência de provas.

[...]

Como se vê, o Tribunal local afastou a tese de reconhecimento de atipicidade da conduta, uma vez que o acusado tinha em seu poder produto de crime anterior, não tendo demonstrado a defesa sua legítima aquisição. Firmou que o *motor adulterado foi apreendido no estabelecimento comercial do apelante, sem qualquer justificativa idônea*, não tendo sido apresentados documentos do bem, apesar da sua alegada origem ser lícita, pois proveniente de um leilão, acrescentando ainda que o *apelante sequer comprovou que o motor foi adquirido em um leilão ou por outro meio lícito, tampouco que não tinha condições de identificar a sua ilicitude*.

Ora, é entendimento consolidado nesta Corte Superior que, para a caracterização do crime, é suficiente a comprovação de que o agente, em decorrência das circunstâncias do fato, tinha condições para suspeitar da procedência ilícita do bem adquirido, hipótese dos autos (HC n. 286.933/GO, Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 18/3/2015). Veja-se ainda: HC n. 193.391/SP, Ministra Laurita Vaz, Quinta Turma, DJe 1º/8/2013.

Ademais, a conclusão da instância ordinária está em sintonia com a jurisprudência desta Corte, no sentido de que, havendo acervo probatório conclusivo acerca da materialidade e autoria do crime de receptação, em virtude da apreensão da *res furtiva* em poder do réu, cabe à defesa apresentar prova acerca da origem lícita do bem ou de sua conduta culposa, nos termos do disposto no art. 156 do Código de Processo Penal.

A esse respeito: AgRg no REsp n. 1.529.699/SP, Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe 28/6/2018; HC n. 385.130/SC, Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe 23/5/2017 e HC n. 348.374/SC, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 16/3/2016.

Outrossim, a análise da tese lançada pela defesa implica indubitoso exame minucioso de provas, pois, no caso, não há como se concluir pela atipicidade da conduta ou pela ausência de dolo sem aprofundar o conhecimento de toda a questão fática subjacente, atividade que é sabidamente vedada em sede de recurso especial, a teor do óbice da Súmula 7/STJ. Nessa linha: AgRg no AREsp n. 1.169.862/SP, Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe 1º/8/2018.

De outro modo, da leitura das razões do recurso especial depreende-se que o ora agravante não impugnou o fundamento do acórdão recorrido, de que o *apelante sequer comprovou que o motor foi adquirido em um leilão ou por outro meio lícito, tampouco que não tinha condições de identificar a sua ilicitude* (fl. 398), atraindo a incidência, por analogia, da Súmula 283/STF.

Em face do exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, *b*, do RISTJ, **conheço** do agravo para **negar provimento** ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator